Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Índice

Demonstração do resultado do exercício 5
Demonstração do resultado abrangente do exercício 6
Demonstração dos fluxos de caixa 7
Balanço patrimonial 8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 9

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1 Considerações gerais 10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis 11
3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB 12
4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos 13
5 Receita 13
6 Custos e despesas 14
7 Resultado financeiro líquido 15
8 Caixa e equivalentes de caixa 15
9 Aplicações financeiras 15
10 Fundo de liquidez – conta reserva 16
11 Contas a receber de clientes 17
12 Imobilizado 17
13 Financiamentos 20
14 Fornecedores 21
15 Provisões para litígios 21
16 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos 22
17 Partes relacionadas 23
18 Patrimônio líquido 23
19 Imposto de renda e contribuição social 24
20 Instrumentos financeiros e gestão de risco 24

Tel.: + 55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação – São Paulo, SP
Brasil 01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Jaíba L1 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jaíba L1 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis , a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	23.596	7.184
Custo com energia elétrica	6	(13.830)	(5.477)
Custo com operação	6	(6.602)	(2.106)
Lucro (prejuízo) bruto		3.164	(399)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	6	(1.044)	(941)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(10)	-
		(1.054)	(941)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		2.110	(1.340)
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		4.113	4.949
Despesas financeiras		(10.601)	(4.661)
		(6.488)	288
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.378)	(1.052)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	19	(2.441)	(40)
Prejuízo do exercício		(6.819)	(1.092)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(6.819)	(1.092)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(6.819)	(1.092)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.378)	(1.052)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias		8.481	4.205
Depreciação e amortização	6	5.845	1.945
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	1	-
Apropriação de custos de captações	7	31	15
Rendimentos sobre fundo de reserva		(338)	(131)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	326	131
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	362	91
Provisão (reversão) de obrigações socioambientais		(20)	-
		10.310	5.204
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(926)	(1.968)
Tributos a recuperar		226	(868)
Demais créditos e outros ativos		(1.443)	504
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		(170)	(436)
Tributos a recolher		(2.216)	165
Partes relacionadas		(315)	1.703
Demais obrigações e outros passivos		(17)	37
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		5.449	4.341
Juros pagos sobre financiamentos	13 (c)	(7.948)	(298)
Imposto de renda e contribuição social (pagos) restituídos		25	(18)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(2.474)	4.025
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(794)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		49	(2.253)
Aquisição de imobilizado e intangível		(485)	(13.764)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(1.230)	(16.017)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de recursos	13 (c)	-	78.720
Adição de custos com captação	13 (c)	-	(691)
Liquidação de financiamentos	13 (c)	(1.517)	-
Liquidação de arrendamentos		(403)	(101)
Redução de capital	1.1.1 (a)	(75.916)	-
Pagamento de dividendos	1.1.1 (b)	(577)	(496)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(78.413)	77.432
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		(82.117)	65.440
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		85.829	20.389
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.712	85.829

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.712	85.829
Aplicações financeiras	9	794	-
Contas a receber de clientes	11	2.894	1.968
Tributos a recuperar		719	945
Outros ativos		1.466	22
		9.585	88.764
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	2.673	2.384
Outros ativos		-	1
		2.673	2.385
Imobilizado	12	152.873	157.900
Intangível		24	18
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		2.888	3.016
		158.458	163.319
Total do ativo		168.043	252.083

	Nota	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	13	1.920	1.661
Fornecedores	14	3.937	3.836
Arrendamentos		45	41
Tributos a recolher		632	382
Partes relacionadas	17	2.049	2.364
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	16	264	284
Outros passivos		19	37
		8.866	8.605
Não circulante			
Financiamentos	13	79.078	80.290
Arrendamentos		3.136	3.181
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	16	3.509	3.241
		85.723	86.712
Total do passivo		94.589	95.317
Patrimônio líquido	18		
Capital social		80.156	156.072
Reservas de lucros		-	694
Prejuízos acumulados		(6.702)	-
Total do patrimônio líquido		73.454	156.766
Total do passivo e patrimônio líquido		168.043	252.083

Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

				Reserva de lucros					
	Nota	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reserva de investimentos	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Retenção	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2024		156.072	-	-	118	-	1.668	-	157.858
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(1.092)	(1.092)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	(1.092)	(1.092)
Destinação do resultado do exercício									
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	-	1.489	-	-	(1.489)	-	-
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	(795)	(118)	-	(179)	1.092	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	694	(118)	-	(1.668)	1.092	-
Em 31 de dezembro de 2024		156.072	-	694	-	-	-	-	156.766
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(6.819)	(6.819)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	(6.819)	(6.819)
Demais mutações patrimoniais do exercício									
Redução de capital	1.1.1(a)	(75.916)	-	-	-	-	-	-	(75.916)
Destinação do resultado do exercício									
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	(117)	-	-	-	117	-
Dividendos intermediários	1.1.1(b)	-	-	(397)	-	-	(180)	-	(577)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		(75.916)	-	(514)	-	-	(180)	117	(76.493)
Em 31 de dezembro de 2025		80.156	-	180	-	-	(180)	(6.702)	73.454

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Jaíba L1 Energias Renováveis S.A ("Companhia"), com sede na cidade de Jaíba, estado de Minas Gerais, foi constituída em janeiro de 2021, e tem como objetivo a construção, instalação, operação, manutenção e comercialização de energia gerada pela Usina Solar Fotovoltaica denominada Jaíba L1, localizada no Município de Jaíba, na Fazenda Marques, conforme as seguintes coordenadas: 15°19'18,14"S 43°36'17,67"O. A Companhia tem capacidade física de 40 Mw, com início da concessão em 18 de fevereiro de 2020 e final em 17 de fevereiro de 2055.

A Companhia é controlada direta da Jaíba V Holding S.A. ("Jaíba V), sendo controlada indireta das companhias CESP Companhia Energética de São Paulo ("CESP") e Auren Energia S.A. ("Auren").

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Redução de capital

Em 27 de março de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social no montante de R$ 71.323, mediante ao cancelamento de 74.295.073 ações ordinárias, passando o capital social de R$ 156.072 (dividido em 163.656.256 ações ordinárias) para R$ 84.749 (dividido em 89.361.183 ações ordinárias).

Em 21 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social no montante de R$ 4.593, mediante ao cancelamento de 4.886.245 ações ordinárias, passando o capital social de R$ 84.749 (dividido em 89.361.183 ações ordinárias) para R$ 80.156 (dividido em 84.474.938 ações ordinárias).

(b) Dividendos pagos e deliberados

Em 27 de março de 2025, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos intermediários para sua controladora Jaíba V Holding S.A. no montante de R$ 577, proveniente do saldo parcial das Reservas de Investimentos e Retenção. O pagamento dos dividendos ocorreu em 27 de março de 2025.

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica e solar:

  Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, condicionada à definição de critérios pelo Poder Concedente.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regulamentação do armazenamento de energia elétrica:

  A lei introduz diretrizes para regulamentação dos sistemas de armazenamento, incluindo baterias e outras tecnologias, além de prever incentivos ao seu desenvolvimento.

- Regras de autoprodução e equiparação:

  A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

  A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

  A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

  A prorrogação pode ser antecipada em até 5 anos, com vigência imediata.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2025, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* ("IFRIC"), ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 27 de março de 2026.

(c) Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R$").

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia, as quais estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do "*own use*" para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza "*hedge accounting*" para certos PPAs que não atendam a exceção de "*own use*".	1° de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo *International Sustainability Standard Board* ("ISSB") – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1° de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1° de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1° de janeiro de 2027

Reforma Tributária Brasileira

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 01ºde janeiro de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota explicativa	Conta contábil
12	Imobilizado
15	Provisão para litígios
16	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmera de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as diferenças entre recurso e requisito de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Nota	2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	17	17.862	7.823
Energia de curto prazo – CCEE		2.828	93
		20.690	7.916
Outras receitas			
Serviços		3.035	-
Outras receitas		915	-
		3.950	-
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(900)	(732)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(120)	-
Imposto sobre serviços – ISS		(24)	-
		(1.044)	(732)
Receita líquida		23.596	7.184

6 Custos e despesas

					2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(10.092)	-	-	-	(10.092)	(2.206)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.738)	-	-	-	(3.738)	(3.271)
Depreciação e amortização	-	(5.845)	-	-	(5.845)	(1.945)
Pessoal	-	(17)	(795)	-	(812)	(785)
Pessoal	-	(17)	(795)	-	(812)	(785)
Materiais	-	-	-	-	-	(1)
Materiais	-	-	-	-	-	(1)
Serviços	-	(401)	(245)	-	(646)	(186)
Serviços de terceiros	-	(139)	(240)	-	(379)	(158)
Serviços de manutenção e conservação	-	(262)	(5)	-	(267)	(28)
Outros	-	(339)	(4)	-	(343)	(130)
Aluguéis e arrendamentos	-	(44)	-	-	(44)	(7)
Seguros	-	(248)	-	-	(248)	(97)
Impostos, taxas e contribuições	-	(40)	(4)	-	(44)	(23)
Outros custos e despesas líquidas	-	(7)	-	-	(7)	(3)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	(10)	(10)	-
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(1)	(1)	-
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(9)	(9)	-
	(13.830)	(6.602)	(1.044)	(10)	(21.486)	(8.524)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		3.992	5.186
Juros sobre ativos financeiros		115	4
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		-	(241)
Outras receitas financeiras		6	-
		4.113	4.949
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	13(b)	(8.481)	(4.205)
Apropriação dos custos de captações	13(b)	(31)	(15)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	16	(326)	(131)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(362)	(91)
Outras despesas financeiras		(1.401)	(219)
		(10.601)	(4.661)
		(6.488)	288

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 99,68% do CDI (99,51% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

a) Composição

	2025	2024
Caixa		
Caixa e bancos	81	84
	81	84
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	3.601	84.022
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	30	1.723
	3.631	85.745
Caixa e equivalentes de caixa	3.712	85.829

(i) As quotas de fundo de investimento pertencem majoritariamente ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações compreendem títulos de instituições financeiras, indexadas à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 100,00% do CDI.

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	10	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	784	-
	794	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração média de 99,78% do CDI. (78,69% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	2.673	2.384
	2.673	2.384

(i) A Companhia possui alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

10.1 Qualidade de créditos de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

		Rating local
	2025	2024
AAA	7.179	88.213
	7.179	88.213

Os *ratings* foram extraídos de agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2025	2024
Contratos bilaterais	1.375	-
Partes relacionadas (Nota 17)	-	1.949
Energia de curto prazo - CCEE	1.519	19
	2.894	1.968

(b) Vencimentos de contas a receber

	2025	2024
A vencer	2.836	19
Vencidos até 3 meses	58	1.949
	2.894	1.968

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

12 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 16).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício								
Custo	154.107	1.564	3.110	20	544	468	159.813	142.609
Depreciação acumulada	(1.858)	(13)	(42)	-	-	-	(1.913)	-
Saldo líquido no início do exercício	152.249	1.551	3.068	20	544	468	157.900	142.609
Adições	-	-	-	-	-	748	748	17.221
Depreciação	(5.575)	(39)	(101)	(1)	-	-	(5.716)	(1.913)
Remensurações (Nota 16 (a))	-	-	(59)	-	-	-	(59)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	(17)
Saldo no final do exercício	146.674	1.512	2.908	19	544	1.216	152.873	157.900
Custo	154.107	1.564	3.051	20	544	1.216	160.502	159.813
Depreciação acumulada	(7.433)	(52)	(143)	(1)	-	-	(7.629)	(1.913)
Saldo líquido no final do exercício	146.674	1.512	2.908	19	544	1.216	152.873	157.900
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	3,00	6,00				

13 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os financiamentos e as debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

											2025
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
BNB	IPCA + 5,74% (i)	1.729	(31)	222	1.920	75.476	(615)	4.217	79.078	80.998	80.052
		1.729	(31)	222	1.920	75.476	(615)	4.217	79.078	80.998	80.052

											2024
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
BNB	IPCA + 6,27% (i)	1.515	(31)	177	1.661	77.204	(645)	3.731	80.290	81.951	108.295
		1.515	(31)	177	1.661	77.204	(645)	3.731	80.290	81.951	108.295

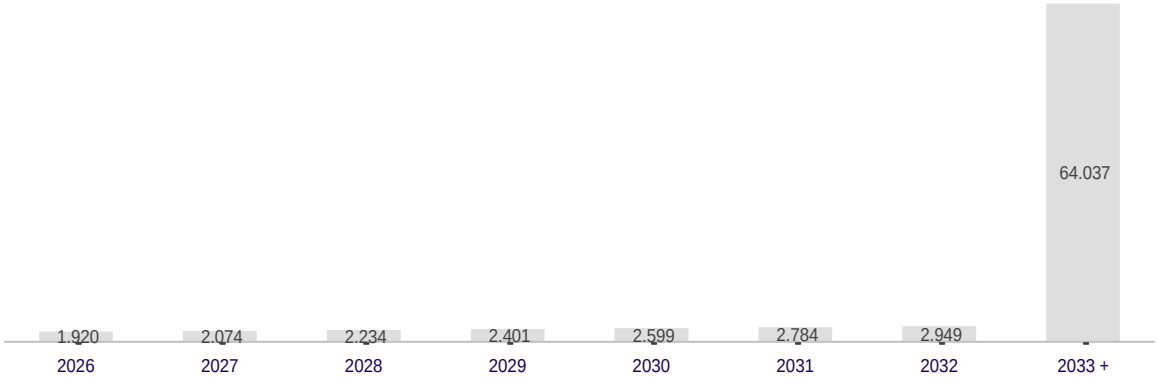
BNB – Banco do Nordeste do Brasil;
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

(i) Nos contratos de financiamentos celebrados junto ao BNB há a previsão de um bônus de adimplência de 0,85%, que será aplicado quando as parcelas das dívidas forem liquidadas até as datas de seus respectivos vencimentos.

(b) Movimentação

	2025	2024
Saldo no início do exercício	81.951	-
Captações	-	78.720
Provisões de juros (Nota 7)	8.481	4.205
Adição dos custos de captações	-	(691)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	31	15
Juros pagos	(7.948)	(298)
Liquidações	(1.517)	-
Saldo no final do exercício	80.998	81.951

(c) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNB	Fiança bancária; Contas reservas.

(e) Condições restritivas

Alguns contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida sobre Ebitda Ajustado, e/ou Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

14 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	3.929	3.816
Fornecedores nacionais – Partes relacionadas (Nota 17)	8	20
	3.937	3.836

15 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos com prognósticos de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um processo de natureza tributária com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R$ 8 (R$ 7 em 31 de dezembro de 2024) e um processos de natureza cível com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R$ 8.700 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

16 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	2025	2024
Saldo no início do exercício	64.969	284	(61.727)	3.526	3.394
Remensuração (i) (Nota 12 (a))	(44.887)	-	44.828	(59)	-
Reversão	-	(20)	-	(20)	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	35	-	291	326	131
Saldo no final do exercício	20.117	264	(16.608)	3.773	3.525
Circulante	-	264	-	264	284
Não circulante	20.117	-	(16.608)	3.509	3.241
	20.117	264	(16.608)	3.773	3.525

(i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos. Os custos estimados passaram a ser atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de forma mais adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas associadas às projeções de longo prazo. O saldo do passivo foi descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem prêmio de risco. Essa atualização resultou na redução da taxa de desconto aplicada e, consequentemente, no aumento do valor do passivo de desmobilização de ativos.

17 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren S.A.

	Ativo		Passivo		Vendas		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 11 (a))								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	1.593	657	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	1.949	-	-	16.269	7.166	-	-
	-	1.949	-	-	17.862	7.823	-	-
Fornecedores - serviços								
Votorantim S.A.	-	-	8	20	-	-	-	-
			8	20				
Fornecedores - compra de energia								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(604)	-
	-	-	-	-	-	-	(604)	-
Repasse de custos (i)								
Votorantim S.A.	-	-	-	-	-	-	(105)	(123)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	60	85	-	-	(88)	(70)
Auren Energia S.A.	-	-	1.377	1.563	-	-	(634)	(521)
Jaíba V Holding S.A.	-	-	428	422	-	-	(32)	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	184	294	-	-	(144)	(166)
	-	-	2.049	2.364	-	-	(1.003)	(880)
	-	1.949	2.057	2.384	17.862	7.823	(1.607)	(880)

(i) Refere-se principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R$ 80.156 (R$ 156.072 em 31 de dezembro de 2024), composto por 84.474.938 (163.656.256 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei n° 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

19 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou o imposto de renda e a contribuição social com base na forma de tributação do lucro presumido, aplicando alíquotas de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, 32% (IRPJ e CSLL) sobre as receitas de prestação de serviços e venda de energia, e considerando integralmente as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Em 2024, a apuração foi realizada com base na forma de tributação do lucro real.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R$ 2.441 (R$ 40 em 31 de dezembro de 2024).

(a) Reconciliação

					2025	
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Serviços		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	20.690	20.690	3.950	3.950	4.113	4.113
Total Receita Tributável	20.690	20.690	3.950		4.113	4.113
% de Presunção da Base	8%	12%	32%		100%	100%
Base de cálculo Presumida	1.655	2.483	1.264	1.264	4.113	4.113
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	390	223	316	114	1.028	370

20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

20.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de "receitas (despesas) financeiras" exceto pela variação cambial reconhecida como "variações cambiais, líquidas". Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

	Nível	2025	2024
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 11)		2.894	1.968
		2.894	1.968
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	3.631	85.745
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	794	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i) (Nota 10)	1	2.673	2.384
		7.098	88.129
		9.992	90.097
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (ii) (Nota 13)	2	80.998	81.951
Fornecedores (Nota 14)		3.937	3.836
Partes relacionadas (Nota 17)		2.049	2.364
Arrendamentos		3.181	3.222
		90.165	91.373

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 13 (a).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

20.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental e (e) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings, Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 10.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i) (Nota 13)	9.153	14.321	31.615	142.259	197.348
Fornecedores (Nota 14)	3.937	-	-	-	3.937
Arrendamentos (i)	357	715	1.071	8.311	10.454
Partes relacionadas (Nota 17)	2.049	-	-	-	2.049
	15.496	15.036	32.686	150.570	213.788
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i) (Nota 13)	8.724	18.198	17.521	139.752	184.195
Fornecedores (Nota 14)	3.836	-	-	-	3.836
Arrendamentos (i)	402	805	1.163	8.668	11.038
Partes relacionadas (Nota 17)	2.364	-	-	-	2.364
	15.326	19.003	18.684	148.420	201.433

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas às taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

20.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

			Impactos no resultado					
			Cenário I		Cenários II & III			
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	7.098	-72,92 bps*	(52)	(264)	(529)	264	529
IPCA 4,26%	Financiamentos (i)	81.644	6 bps*	(50)	869	1.739	(869)	(1.739)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

** basis points*